



aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

SETEMBRO DE 1995
Nº 91

Governar o Brasil é fácil

O panorama à frente é preocupante. O governo não consegue disfarçar seu viés neoliberal. A eleição do presidente foi possível graças à aliança com os liberais, que hoje ocupam mais espaço que os tucanos. Em seu discurso, o presidente finge não ver essa apropriação. Mas, discursos são voláteis, quando não seguidos pela

ação e as ações do governo confirmam seus pendores neoliberais. A opção pelo livre mercado é clássica. Com os preços e salários desindexados, a princípio, nada mal. A ordem é o trabalho negociar com o capital. Ora, isso equivale a soltar escravos desnutridos para encarar um bando de leões

famintos na arena, neste quadro de crescente desemprego. Os preços, porém, são negociados em gabinetes fechados, com o xerife oficial, que está à beira de uma indigestão, causada pelos inúmeros almoços a que é obrigado a frequentar para desempenhar sua patriótica tarefa. Educação e saúde tornaram-se objeto de venda. Vicejam nesse país, de 35 milhões de miseráveis, os “empresários do ensino” e as “empresas de saúde”, quando a Carta Magna atribui ao estado a obrigação de garantir estes direitos elementares à população. É omissão oficial gerando concentração do capital. Outro pilar do neoliberalismo, a privatização, é por aqui justificada como sendo a maneira de obter recursos com a venda de estatais, para aplicar em educação e saúde. Ora, desde 1991, foram vendidas mais de 20 empresas, totalizando mais de 8 bilhões de reais e ninguém foi capaz de notar qualquer melhoria naqueles setores. Para completar a empulhação, o governo sacou da cartola o Fundo Social de Emergência e agora nos ameaça outra vez com o IPMF, para cobrir rombos na saúde. Neste confuso ambiente, o presidente nos brinda com mais um pouco de pedantismo, ao afirmar, há pouco, que “governar o Brasil é fácil”. Tem razão nosso sociólogo. Difícil deve ser governar a Suíça ou o principado de Monte Carlo. Mais felizes que o nosso presidente devem ser os governantes de Bangladesh, Bolívia e Uganda, já que, pela sua lógica, quanto mais miserável o povo mais fácil é governá-lo! O

“A ordem é o trabalho negociar com o capital. Ora, isso equivale a soltar escravos desnutridos para encarar um bando de leões famintos na arena, neste quadro de crescente desemprego”

que o presidente esquece é que o caminho que ele escolheu é o pior. Há, porém, outro caminho – privilegiar nosso mercado doméstico. Nossa safra anual de grãos é de 75 milhões de toneladas. De acordo com dados da F.A.O. uma pessoa pode ser bem alimentada com 250 quilos de grãos por ano. Portanto, nossa produ-

ção é suficiente para alimentar 300 milhões de pessoas por ano – o dobro de nossa população. Isto sem contar nossa produção de carne, leite e outras culturas. Há ainda riquezas naturais, clima, energia e um povo querendo trabalhar e estudar. Nenhum dos países que hoje ditam as regras se desenvol-

veu voltado para fora. Este padrão é típico das colônias dos séculos passados e das sociedades condenadas a permanecerem dominadas. A lógica neoliberal não faz qualquer sentido num mundo tão desigual. Serve apenas para cristalizar as diferenças atuais, impedindo o nivelamento da raça humana em padrões dignos, premiando apenas os mais fortes.

Argemiro Pertence Neto
Engenheiro Mecânico
Diretor de Comunicações

Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET

• Este artigo foi publicado no jornal “O Dia”, de 30 de agosto último.

Concurso de textos de teatro

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef) está realizando, junto com a Aepet, o 1º Concurso de Textos Teatrais, com o tema “O Desmonte do Estado Brasileiro”. As inscrições poderão ser feitas até o dia 20 de outubro próximo e os três primeiros colocados receberão prêmios. Maiores informações no Sintrasef, na Avenida Treze de Maio, 13, sala 1007.

O Custo das Privatizações

Fernando Leite Siqueira

Dos fertilizantes dependem o aumento da produtividade da agricultura e a maior oferta de alimentos à população brasileira, que hoje dispõe de uma oferta de 1.900 calorias/dia per capita (fonte: FAO) contra 3.370 nos países desenvolvidos. Esse estado de déficit nutricional (a necessidade mínima é de 2.400 calorias/dia) é mais dramático considerando-se a expressiva massa de brasileiros que sobrevivem abaixo da linha de pobreza.

A indústria de fertilizantes apresenta características peculiares: integra o complexo químico; exige grandes escalas de produção, tecnologias maduras, acesso às matérias-primas (provenientes de empresas de mineração e petróleo); mão-de-obra especializada; tem taxas de retorno inferiores às dos demais setores; a demanda é sazonal e alto o custo de manutenção.

Em 1991, após entrevistar especialistas, a Petrobras/Petrofertil elaborou projeções para os próximos dez anos e concluiu que, nesse período, era impossível, por meios legais, realizar privatizações no setor. A maior objeção era a característica dos compradores em potencial, mais comerciantes do que industriais. Mas, no auge do governo Collor (1992), um grupo de misturadoras, formado pelas empresas Cotia, Fertibrás, Fertiza, IAP, Manah, Solorrco e Takenaka se candidatou e conseguiu, junto ao BNDES, arrematar a Fosfertil.

A mágica para a privatização se deu com o financiamento do BNDES, que recebeu como garantia, dos felizardos compradores, as próprias ações das empresas privatizadas. E como os compradores não conseguiam avalistas para outros negócios, procuraram novamente o BNDES e, desta vez em nome da Fosfertil, obtiveram financiamento nas mesmas condições e

compraram a Goiásfertil e a Ultrafertil.

É importante destacar que o grupo de misturadoras influenciou nas indicações de nomes para posições estratégicas nas empresas que foram privatizadas e que, nos meses que antecederam os leilões, realizaram reformas e melhorias nas unidades industriais, adquiriram quantidades recorde de matérias-primas, produziram na capacidade máxima de produtos finais e amortizaram os endividamentos nacionais e internacionais, sem que nada disso tenha aparecido nos relatórios das auditorias e nos pareceres do Tribunal de Contas da União.

Todo esforço do Governo Federal, através da Vale do Rio Doce e da Petrobras, para dotar o país de um parque industrial que servisse como instrumento de política agrícola, diminuindo a dependência externa, foi abandonado quando se formou um oligopólio privado que, priorizando o lucro, passou a praticar preços da época em que dependíamos totalmente dos produtos importados. Isso veio agravar o momento crítico que a agricultura brasileira está passando, de um lado a escassez de recursos para financiamento e do outro os insumos agrícolas mais caros do mundo. Como exemplo, podemos citar o preço da uréia (base para os nitrogenados) que a Ultrafertil, no processo de desestatização, avaliou em US\$ 110/tonelada e hoje, dois anos depois, já está na faixa de US\$ 240/tonelada, causando quebra de pequenos e médios misturadores. É o custo das privatizações, o qual se reflete, também, nos acidentes que, segundo os jornais, se sucedem nas unidades da Ultrafertil, por inexperiência dos novos acionistas, falta de manutenção e sobrecarga na produção.

(publicada no jornal O DIA de 01/08/95)

Leviandade

A Petrobras estava com 26 funcionários da Interbrás cedidos desde 1988 que foram afastados da Companhia após a extinção da Interbrás pelo governo Collor de Mello. Em outubro de 1994, a Justiça garantiu a estes funcionários o direito de reintegração na Petrobras. O laudo de reintegração foi assinado em 10 de abril deste ano e estes funcionários começaram a trabalhar em 17 de abril, sendo apresentado a eles, algum tempo depois, um novo con-

trato de trabalho, que foi assinado apesar do questionamento ao mesmo porque a ordem judicial era para reintegração e não para nova contratação.

No dia 5 de junho último, os 28 funcionários tiveram os contratos rescindidos — foi logo após o término da greve dos petroleiros. O Departamento Jurídico do Sindipetro negou-se a fazer a homologação das demissões. E até agora a situação destes funcionários não foi resolvida.

Criadas as ABCPS

Começam a funcionar em todo o País as Associações Benéficas e Culturais do Setor Petróleo (ABCP) criadas pelos Sindipetros face a política de esvaziamento sindical do governo FHC, que vem bloqueando contas e arrecadações das entidades. A primeira ABCP criada foi a de Campinas, cujo funcionamento foi interrompido e, agora, reativado. Com a Associação, a mensalidade sindical passa de 1,5% para 0,01%, o que foi comunicado à Petrobras no dia 25 de julho último e os formulários para autorização da filiação à nova entidade encontram-se com as lideranças sindicais de diversas unidades da Petrobras. Ao mesmo tempo foi suspenso o desconto assistencial, porque todo o dinheiro recolhido por ele está sendo confiscado pelo Governo Federal.

A ABCP vai funcionar até que se restabeleça a normalidade sindical e, assim, nenhum associado deve sair dos Sindicatos. As Assessorias Jurídicas dos sindicatos estão trabalhando junto ao Supremo Tribunal Federal contra o pagamento da multa estipulada pelo Tribunal Superior de Trabalho.

Eleições na AEPET

De acordo com os Estatutos da AEPET, aprovados em 12/12/88, comunicamos aos associados que a entidade realizará as eleições para renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal na segunda quinzena de novembro próximo. Concorrerão às eleições, as chapas apresentadas até o último dia útil de setembro (dia 29 de setembro), às 20 horas.

O mandato da nova diretoria é de 2 anos. As chapas serão registradas por requerimento à diretoria, contendo os nomes e as assinaturas dos componentes, seguidas de 20 assinaturas de associados, todos em pleno gozo de seus direitos, na forma dos estatutos, que não concorram às eleições (artigo 70).

Além destes nomes, cada chapa deverá indicar dois representantes para compor a Comissão Eleitoral que ficará encarregada do processo eleitoral e tomará as providências necessárias ao seu perfeito andamento. Somente poderão se inscrever candidatos que sejam sócios efetivos da AEPET há pelos menos seis (6) meses antes da data das eleições (parágrafo 2º do artigo 69).

Boletim AEPET

- Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) – Av. Almirante Barroso, 22 – 19º andar Centro – RJ – Cep: 20031-000 Tel.: 220-4774
- Jornalista Responsável: Celeste Cintra

- Diagramação e Editoração Eletrônica: Ícone Comunicação & Arte Tel.: 220-8025
- Reprodução permitida, desde que citada a fonte